



Anais da Assembléia

Nº. 17

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Accioly Neto.

Às 14:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Matos Leão, Gilberto Carvalho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados:

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da **Proposição nº 85/76**, veto aposto ao projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Sr. Deputado José Antonio Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do município de Londrina, conforme especifica Parecer da C.C.J., **pela manutenção do veto.**

OFÍCIO Nº 5/76.

Curitiba, 07 de janeiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 161/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 23/75, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a permuta do terreno que espe-

cifica, de propriedade do Estado, situado em Londrina, por áreas de terras de propriedade do Município.

Embora o Poder Executivo veja com simpatia a idéia da permuta, houve necessidade de veto em razão da forma como está lançada a medida, eis que, segundo informações prestadas pelo Departamento do Patrimônio do Estado, dois dos imóveis arrolados como pertencentes ao município, são, na realidade, do patrimônio estadual. Esclarecem, ainda, mais informações, que o assunto vem sendo objeto de estudos, através de processos específicos, os quais, uma vez concluídos, poderão ensejar o encaminhamento de Mensagem a esta Augusta Casa de Leis, acompanhada de plano de lei, consubstanciando a medida de forma plenamente adequada aos elevados interesses da Administração e da Coletividade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

a) **JAYME CANET JUNIOR**
Governador do Estado.

Encerrada a discussão. Em votação a Proposição. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 26, às 9:30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Trajano Basyos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Domício Scaramella, e Ernesto Dal'Oglio (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Matos Leão, Gilberto Carvalho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 41/76.

CURITIBA, 22 de março de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo segundo do artigo 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com 5 (cinco) anos de exercício nas respectivas funções.

Trata-se de medida legal altamente significativa que bem demonstra estar o Governo do Estado sempre sensível aos anseios do funcionalismo, e, em especial, ao Magistério Paranaense.

Por conseguinte, com a proposição ora formulada, atenderá o Governo antiga reivindicação da classe dos suplementaristas do ensino oficial do Estado, eis que lhes será assegurada a estabilidade prevista no texto da Carta Magna de 1967, nos precisos termos de jurisprudência emanada da mais alta Corte de Justiça do País, conforme sucessivos julgados sobre essa matéria, quando em pauta interesses de servidores de várias unidades da Federação

Oferecendo mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 238/76, do Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) **JAYME CANET JUNIOR**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica reconhecida a estabilidade prevista no § 2º do artigo 177 da Constituição Federal de 1967, aos professores não efetivos que em 15 de março de 1967 contavam com 5 (cinco) anos de exercício nas respectivas funções.

Art. 2º — O reconhecimento da estabilidade far-se-á mediante solicitação do interessado, à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através de processo devidamente instruído.

Parágrafo único — Atendidas as exigências contidas no artigo 1º desta Lei, a Secretaria de Educação e da Cultura e a Secretaria dos Recursos Humanos apreciarão o processo enviando-o posteriormente à decisão final do Governador do Estado.

Art. 3º — Os professores considerados estáveis por esta Lei, sendo licenciados nas matérias que lecionam e registrados no Ministério de Educação e Cultura, terão retribuição fixa mensal, correspondentes ao cargo de professor efetivo do Ensino de 2º grau, níveis 21 e 22, respectivamente, para os habilitados em licenciatura curta ou plena.

§ 1º — No caso de não serem registrados no Ministério de Educação e Cultura, a retribuição mensal será de equivalente ao cargo de professor efetivo do Ensino de Segundo Grau, nível 20, podendo haver aproveitamento desses servidores em funções administrativas.

§ 2º — Os professores enquadrados neste artigo ficam sujeitos à carga horária semanal estabelecida para os professores efetivos de 2º grau, podendo-se-lhes atribuir aulas extraordinárias de acordo com a legislação pertinente.

Art. 4º — Aplicam-se a estes professores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e da legislação específica do Magistério, no que forem compatíveis com a situação decorrente desta lei e que com elas não colidirem.

Art. 5º — Os funcionários considerados estáveis por esta Lei, vincular-se-ão obrigatoriamente ao regime previdenciário do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, na forma da legislação pertinente.

Art. 6º — Não serão considerados estáveis os que, à data da Constituição Federal de 1967, não estavam no exercício de funções docentes.

Art. 7º — A partir da publicação desta Lei, os interessados terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para requerer junto à Secretaria da Educação e da Cultura o reconhecimento previsto no artigo 1º desta Lei

Art. 8º — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria da Educação e da Cultura. — À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Do Sr. Governador do Estado, sob o nº 03/76, no qual comunica haver VETADO o Projeto de Lei nº:

53/75:

Do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que visa autorizar o Poder Executivo a admitir, sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho - CLT., os servidores que, por excederem o limite máximo de idade estabelecido nos Decretos regulamentares nºs 4766, de 14 de dezembro de 1973, e 5014, de 05 de fevereiro de 1974, não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar, instituída pela Lei nº 6508, de 13 de dezembro de 1973. — À C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 82/75, 115/75, 117/75 e 119/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer seja constatado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 03 de fevereiro do corrente ano, do Sr. JOSÉ DE OLIVEIRA FABRÍCIO DOS SANTOS, na cidade de Goioerê.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) **JAYME RODRIGUES CARVALHO**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente sunbscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer seja constatado em Ata, dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 20 de março do corrente, do menor HÉLIO MAEDA, na cidade de Goioerê.

Requer finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) **JAYME RODRIGUES CARVALHO**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 19 de março corrente, da Sra. MARIA DE LOURDES MORELLI, na cidade de Goioerê.

Requer finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 20 de janeiro, do Sr. FLORÊNCIO JOSÉ DOS SANTOS, na cidade de Goioerê.

Requer finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o plenário, requer seja inserido em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná, cumprimentando-se a Direção daquele Estabelecimento e ao Professor José Manoel Luiz Ungaretti da Silva, Coordenador do OACEP, pelo importante trabalho que desenvolvem a favor dos estudantes, orientando e despertando o interesse dos jovens pelo estudo da Astronomia. Requer ainda, que da decisão da Casa se dê conhecimento ao Colégio Estadual do Paraná e àquela instituição.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976.

a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Criado pela Portaria 204/68, da Direção Geral do CEP, página 25 do Diário Oficial do Estado de 01 de outubro de 1968, o OACEP hoje é, uma instituição que orgulha, o Colégio Estadual do Paraná, destacando-se, entre outros trabalhos, pelas suas publicações contidas no Boletim Astronômico, curso de introdução, bem como pela farta correspondência que mantém com entidades oficiais amadoras do País e do exterior. O Observatório despertando interesse de alunos, realiza inúmeros trabalhos. É dirigido pelo Professor José Manoel Luiz Ungaretti da Silva, que participou de várias pesquisas. Compareceu, a convite do Governo dos Estados Unidos, àquele país, onde foi um dos representantes brasileiros no Projeto Apolo.

O OACEP é repositório da mais alta significação para o Governo e povo paranaense, forjado em casa de mais de 125 anos de tradição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, requer ouvido o plenário, tramitação em Regime de Urgência à Mensagem Governamental nº 148/75 — Estatuto do Magistério Público.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer se oficie ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, sobre possibilidade de, imediatamente, aquela organização financeira instalar na cidade de Prudentópolis, uma agência, pois dado ao grande desenvolvimento por que passa a cidade merece os Senhores Paranaenses moradores naquele quadrante do Estado as atenções do Governo, através de sua rede oficial bancária.

Prudentópolis, atualmente, conta com Bancos particulares e nada mais justo, que o Governo através do Banco do Estado, propiciar uma melhor assistência financeira, econômica e desenvolvimentista à Região.

Diversos pedidos de todas as áreas foram dirigidas ao Sr. Governador e ao Sr. Presidente do Banco e até a presente data não houve um posicionamento oficial, por esta razão, em nome da comunidade de Prudentópolis, pedimos ao Sr. Emílio Hoffmann Gomes para atender essa reivindicação para o benefício do próprio Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando as providências necessárias para que se possa dar plena condição de funcionamento ao Ginásio Estadual do Distrito de GUAPORÉ, município de GUARANIAÇU, o qual, embora tendo sido inaugurado no final do ano passado, apresenta iluminação deficiente nas salas de aula e não teve construída a parte de aparelhos sanitários.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Embora tenha sido inaugurado recentemente — no final de 1975, — o Ginásio Estadual de Guaporé, município de Guaraniaçu, apresenta algumas deficiências em sua construção.

Segundo fomos informados, naquele estabelecimento de ensino não existem instalações sanitárias para os alunos e sua iluminação elétrica é falha, dificultando que sejam ministradas aulas no período noturno.

As medidas cabíveis para sanar estes problemas estão ao alcance da Secretaria da Educação e Cultura, à qual solicitamos providências imediatas, por tratar-se de prédio recentemente entregue à população de Guaporé como obra concluída.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 17/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria, para sediar um Grupo Escolar, no bairro residencial denominado Jardim Liberdade, na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Não constitui por certo, surpresa para ninguém o desenvolvimento apresentado pela região Norte do Estado do Paraná.

Maringá, uma das mais progressistas cidades desta rica região, tem apresentado nos últimos anos, índice de desenvolvimento dos mais significativos, nos mais diversificados campos da atividade humana, quer no âmbito público, quer no da iniciativa privada.

Tal crescimento, provoca sempre e naturalmente, a necessidade de expansão em todos os setores da vida ativa da cidade.

O setor educacional, é o que mais tem exigido em desenvolvimento, em razão do elevado número de população em idade escolar.

O grande número de famílias que para ali acorrem anualmente, a cata das oportunidades oferecidas pelo amplo mercado de trabalho, têm provocado um alarmante aumento da população estudantil.

O bairro Jardim Liberdade, abrigando novos loteamentos e alargando as fronteiras da cidade para além da Rodovia do Café, urge da necessidade de que seja construído prédio destinado a sediar um grupo escolar naquele bairro.

Considerando que, a escola mais próxima dista a mais de dois (02) quilômetros, o que obriga às crianças a colocarem em risco suas vidas para alcançá-la, pois são obrigadas a diariamente transpor a rodovia, faz com que venhamos a apelar ao Poder Executivo do Estado para que o mesmo através da construção de uma escola naquele bairro, venha a colocar um ponto final neste estado de coisas.

PROJETO DE LEI Nº 18/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica revogado o artigo número 25, da Lei nº 4766, de 16 de novembro de 1963.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 4766, em seu artigo 25, preceitua:

“Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente lei, salvo os descendentes do casal contribuinte.”

A pensão instituída pelo Estado, através do IPE, é de caráter retributivo, isto é, só é devida em razão de pagamentos feitos pelo contribuinte e se destina a amparar, no caso de seu falecimento, os seus beneficiários legais ou instituídos.

Ora, como ela decorre de contribuições pagas, não é justo limitar-se o pagamento do benefício, tanto mais que a pensão é de valor significativamente baixo, não dando, na maioria dos casos para o sustento da beneficiária. É justo que uma beneficiária possa perceber pensão instituída por seu marido e mais a instituída por seu filho solteiro sem dependentes diretos.

Com a revogação do dispositivo, estará eliminado o impedimento para que assim se proceda. Daí o plano de lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje, para expor a V. Exas. dois assuntos um dos quais considero de magnitude importância.

O primeiro destes assuntos refere-se a projeto de lei que

dei entrada à mesa na tarde de hoje, e para o qual solicito o indispensável apoio dos Senhores Deputados.

Este Projeto de Lei vem revogar o artigo 25 da Lei 4766 de 16 de novembro de 1963.

A Lei número 4766, em seu artigo 25, preceitua:

“Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente lei, salvo os descendentes do casal contribuinte. A pensão instituída pelo Estado através do Instituto de Previdência do Estado é de caráter retributivo, isto é, só é devida em razão de pagamentos feitos pelo contribuinte, e se destinando a amparar, no caso de seu falecimento, a seus beneficiários legais ou instituídos”.

Ora, como ela decorre de contribuições pagas, não é justo limitar-se o pagamento do benefício, tanto mais que a pensão é de valor significativamente baixo, não dando, na maioria dos casos, para o sustento da beneficiária. É justo que uma beneficiária possa perceber pensão instituída por seu marido, e mais a instituída por seu filho solteiro sem descendentes diretos.

Com a revogação do dispositivo, estará eliminado o procedimento, para que assim se proceda.

Daí o plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos Srs. Deputados.

O outro e ao qual eu confiro a conotação de importância magna, diz respeito a requerimento de urgência que também entreguei à mesa, para ser apreciado na sessão de hoje, e pelo qual eu pleiteio regime de urgência para o Projeto de Lei nº 148/75, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público.

Este pedido tem amparo no suporte fático de que a mensagem do Governador deu entrada nesta Casa, em dezembro do ano passado e, iniciada a sessão legislativa deste ano, estamos já às vésperas do mês de abril, e até agora não se deu nenhuma solução no que diz respeito a tramitação do mencionado plano de lei.

Temos certeza que também, no que se refere a este requerimento, teremos o indispensável apoio dos Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Lendo):

“Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Pudemos acompanhar neste início de semana a visita feita pelo Governador Jayme Canet Júnior e parte do seu secretariado à cidade de Londrina, onde novos atos já chamados de “rotina” no atual Governo foram realizados: inauguração de obras de um governo que está provando ao Paraná um trabalho permanente.

Depois de ser homenageado por 15 Sindicatos de Londrina e Maringá, que reconhecem o gigantesco trabalho do atual Governo, foi inaugurada a sub-estação da Copel, notável obra que vai elevar consideravelmente o padrão de atendimento naquela região.

Logo após o Governador foi ao Jardim Bandeirantes para inaugurar uma unidade de ensino de 1º grau naquele populoso bairro, inaugurando a seguir magnífica unidade de ensino no Jardim Santa Rita.

São milhares de crianças beneficiadas, seguindo uma das importantes metas da atual administração: a educação.

Na verdade são fatos já rotineiros para um Governo que apenas nos seus primeiros 12 meses construiu quase 1.000 salas de aulas e que com o programa do FAS deverá construir mais 3.000 no presente exercício.

E Londrina está agradecida ao Governador Jayme Canet Junior, pois enquanto algumas obras são inauguradas, outras estão chegando ao seu término e outras ainda estão começando.

Dentro de alguns dias estará pronto o Grupo Escolar Newton Guimarães, outra formidável construção de perto de 2.000

m² em alvenaria, para atender os moradores da Vila Brasil e imediações.

Foram também assinados os editais de licitação para a construção de outro importante prédio: o Grupo Escolar Nilo Peçanha, da Vila Nora e mais ainda a nova ala administrativa do Colégio Vicente Rijo.

Para o Grupo Escolar Hugo Simas, uma verba de 500 milhões de cruzeiros antigos para atender a reforma tão reclamada daquele estabelecimento de Ensino, com ordem de serviço já expedida.

E o que está acontecendo em Londrina, acontece também neste Paraná inteiro.

É o Governo presente. São novas obras. É a preocupação de acompanhar o progresso. É um volume formidável de obras que o povo está vendo... que o povo está analisando... que o povo está sentindo.

Ainda na manhã de ontem vimos a alegria do povo alvorense quando lá esteve o Governador e quando poderosas máquinas rasgavam a terra para dar à Alvorada do Sul a tão sonhada estrada pavimentada, ligando-a a Bela Vista do Paraíso, Londrina e Mauá.

Foi rápida a passagem do Governador em Alvorada do Sul pois logo depois estaria assinando o contrato para a estrada Porcatu-Centenário. Enfim Senhores, justifica-se plenamente que o atual Governador venha sendo cognominado como o "Homem do Interior", pois sua ação tem alcançado todo o interior paranaense.

Como representante de Londrina nesta Casa Legislativa, não poderia deixar de registrar a gratidão do povo londrinense por tão importantes benefícios recebidos do Governo Estadual".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — "Quem entra em briga de família, acaba decepcionado.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Sob o título, PAULO NOS PALANQUES PELA ARENA, o jornal "O Estado do Paraná", de hoje, procura desmentir a guerra havida no Partido Governista que culminou com a renúncia do Secretário Geral da ARENA, e muitos boatos em torno da posição política do Sr. Paulo Pimentel. O importante, é notar que o Sr. ex-Governador do Paraná ainda se apresenta em forma na sua capacidade de malabarista.

Ontem afirmamos, ao analisar os acontecimentos, que não somos nem de um lado nem do outro, apenas tomamos parte na análise do episódio, porque sentimos de certa forma que os acontecimentos terminariam com o afastamento definitivo do Sr. Paulo Pimentel da área arenista, tudo até então indicaria que outro remédio não haveria, senão a aplicação da porretada que haveria de derrubar o ex-Governador definitivamente. Seus inimigos dentro do Partido são muitos, inimigos que foram por se criados, entre eles podemos citar sem medo de errar, os seguintes: ALCIDES MUNHOZ NETO, JAIRO ORTIZ GOMES DE OLIVEIRA, ERCÍLIO SLAVIERO, WILSON ANDRADE, MAXIMO KOPP, JAYME CANET JUNIOR, CEL. MARIO PORTES, AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES, JOSÉ MUNHOZ DE MELLO, JOSÉ COLOMBINO GRASSANO, GUILHERME LACERDA BRAGA, SAUL RAIZ, ITALO CONTI, OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, DALTON PARANAGUÁ, RUFF LUKMOS DE CHRISTO, ALBERTO MORO, LAURO REGO BARROS, ALDO PATITUEL, MARIO CESAR STAMM e PLÍNIO ANCIUTI PESSOA.

Apenas para elucidar os fatos, esses homens com exceção do Sr. DALTON PARANAGUÁ, estão todos representando o forte da ARENA no Paraná, incluindo a figura do Sr. Governador JAYME CANET JUNIOR, todos eles foram vítimas do Sr. Paulo Pimentel e, por isso mesmo, romperam com o

ex-Governador ao limiar de sua primeira arrancada administrativa.

Mas, agora vem o Sr. Paulo Pimentel afirmar ao Paraná, que não sai da ARENA, e vai aos palanques nestas eleições municipais e será Governador do Paraná, ou candidato em 1978.

Declarando ser vítima de uma central de boatos, o Senhor Paulo Pimentel afirmou, nas eleições de novembro, estarei lado a lado de meus companheiros arenistas, embora saiba não ser esse o desejo de alguns.

Manifesta o Senhor Governador a sua relevante confiança no Presidente Geisel, e afirma que, em respeito ao próprio povo, para não falar simplesmente em princípios éticos, ele não deve sonegar a verdade, omitir ou desvirtuar as informações; por isso mesmo, afirma, meus órgãos de informações haverão de continuar a transmitir os fatos e acontecimentos, não importante se eles vieram da ARENA ou do MDB, disse ainda que, a eleição de Álvaro Dias alcançado pela vitória esmagadora, ocorreu devido a linha política do Parlamentar e nunca sobre fatos relacionados com a cobertura de minha empresa de divulgação, e faz caracterizar que existe um grupo dominante na ARENA que vive distante da realidade, e lhes nega a participação nos louros da vitória, que ele conta como certa.

Pelo que se observa, a briga entre família acabou, e quem dela participou se incompatibilizou com a área inteira: a grande verdade é a seguinte: O Senhor Paulo Pimentel teve tanto apoio político e econômico nesta década, que poucos homens conseguiram alcançar no mundo, mesmo se tratando de fato proibitivo por lei, possuir mais de dois veículos de divulgação, o Sr. Paulo Pimentel possui atualmente 7 veículos de divulgação no Estado do Paraná; os seus antagonistas, aqueles por si qualificados de Grupo Dominantes, que até ontem queriam a sua cabeça, agora certamente estão de novo, (trêmulo talvez) mas de mãos dadas ao ex-Governador.

Pelo que se vê, o pecado do Senhor Paulo Pimentel foi purgado com a decepção da cabeça do Senhor Cândido Manoel Martins Oliveira, fato este, que dificilmente ficará sem a rusga de mais um episódio de falta de consideração de Pimentel. Seu programa de televisão, se voltar ao ar, pelo Canal 4, naturalmente será, a partir de agora, regido por censuras do chefe, e, consequentemente, não haverá para o Sr. Pimentel nem a morte política e muito menos a pressão econômica do Governo.

Ficou bem claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, QUEM ENTRA EM BRIGA DE FAMÍLIA, ACABA DECEPCIONADO".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Invejo a Oposição de hoje! Fomos oposição, fomos contra a subversão. Fomos oposição sem poesia. Invejamos a oposição de hoje, especialmente em nosso Estado, porque não se tem que inventar, tem que imaginar como fazê-la.

Desde os pronunciamentos nacionais dos líderes da oposição, regionais e locais somente vemos críticas que nos convencem. Não nos convencem os argumentos que citam Histórias aos quais respondemos com realizações do presente e apontamos o futuro.

Não nos convence o argumento de Rubicon. A revolução não está às margens do riacho Histórico em que Cesar rompeu a determinação de não transpor com suas legiões a fronteira fatal. Ele transpôs após meditação e conquistou Roma. Quem está diante do Rubicon é a oposição.

Se o argumento do passado fascina, nós o apresentamos. Diógenes saiu com a lanterna às ruas, em busca de homens. Talvez a oposição imitasse o sábio grego e veria mais claramente que os argumentos que pretende nos assacar, nós os devolvemos. A oposição grita pela democracia, clama pelo Estado de Direito. Leram já as diretrizes da ARENA?

Nós também queremos, nós também almejamos, nós também propugnamos. Só há uma diferença, nós as queremos com segurança, nós as queremos com bem estar, nós as queremos com seriedade. Não fazemos demagogia, contra a qual lutamos e continuamos de atalaia.

Sabemos que não nadamos em mar calmo, os inimigos de nossa economia estão aí, quer instalados no Mercado Comum Europeu, quer em outras partes. Temos consciência de que não somos ricos, mas temos confiança de termos soluções. Acreditamos no patriotismo daqueles que hoje ocupam postos maiores e sabemos como bons brasileiros, buscam as melhores soluções.

Somos conscientes e por isso repelimos insinuações de unanimidade bovina. Repelimos, não porque nos interessa a perpetuidade no Poder, mas repelimos porque ele é insinuante, porque é pejorativa, porque visa criar confusão. Repelimos porque não partilhemos da tese de navegar em águas turvas, estas propiciam a tese que todo brasileiro rejeita: "A situação quanto pior, tanto melhor".

Recomendamos acender o lampião de Diógenes à oposição, porque na falta de argumentos, sangra-se e quase mortalmente qual escorpião, para divagar sobre problemas de economia interna do partido situacionista. Estranho é o interesse da oposição para criar confusão na agremiação situacionista. Não será para ocultar seus problemas internos e suas divergências?

Não estará o MDB às margens do Rubicon? Nós pedimos a colaboração para juntos encontrarmos soluções para o bem comum. O MDB quer acirrar os ânimos. Quando oposição combatíamos os pelegos, lutávamos contra o voto cabrestado nas agências do Banco do Brasil. Hoje nós oferecemos crédito rural, oferecemos aposentadoria, o FUNRURAL, a ordem, a tranquilidade; a paz social e somos alvos de críticas.

Critica-se o governo que não foi eleito pelo povo, batalha-se contra a indicação, quando ele vai dialogar com o povo, sentir esse povo, ver seus reclamos, suas reivindicações, isso dói à oposição. Faz com que o acuse de "cabo eleitoral da ARENA".

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos consciência de que construir uma nação é obra de todos, especialmente dever dos dirigentes, pediria, não como líder, mas como brasileiro, vamos deixar de infantilidades, vamos abandonar a crítica pelo puro prazer de crítica". Vamos nós que temos os pés plantados na origem popular, deixar de contestar apenas contestar, mas analisar objetivamente, colaborar com o Presidente da República que até o presente tem sido poupado de críticas para que vingue entre nós a plena democracia e o Estado de Direito reconstituído progressivamente.

Com críticas banais, com contestação do que não tem contestação, não estamos construindo, mas apenas atirando pedras.

Se usei a imagem da lanterna de Diógenes é porque não desejava citar o archote de Nietzsche no seio da multidão.

Porque poder-se-ia usar a imagem do filósofo alemão que em plena luz do dia ascendia o archote e gritava para encontrar Deus e ao mesmo tempo, dizia que ele estava morto.

Busca-se a democracia e grita-se que ela está morta! Não será um contrasenso, Sr. Presidente?"

Muito obrigado.

— (Assume a presidência o Sr. Deputado Maurício Fruet);

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem, nesta Casa, S. Exa. o Líder da Oposição, Deputado Osvaldo Macedo, fazia um pronunciamento pelo qual identificava-se a este Paraná e a este Brasil, com os fatos de momento, com os acontecimentos relacionados à vida nacional, e principalmente, com o interesse de despertar no Governo ins-

tituído desta Nação e deste Paraná, o sentimento pela qual entendesse este Governo, de que a nossa participação na vida pública, de todos os Srs. Deputados desta Casa, e das outras Casas de Leis desta Nação se fazem sentir que o único objetivo, qual seja ele, de contribuir para o desenvolvimento, tranquilidade, segurança, através daquele documento inserido nas palavras do nosso líder. Na tarde de hoje, comparece o ilustrado líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, e tenta deformar aquilo que é a imagem real, concreta e objetiva, a instituição de 64, dos dois partidos políticos. Nós, particularmente a nossa pessoa, não temos e nunca tivemos ligações políticas antes de 64. Não tivemos participação política antes de 64. Conhecemos um Brasil nosso, de todos os brasileiros, um Brasil livre, pelo qual o MDB luta e todos os seus componentes através das lideranças, procura na sua palavra livre externar o pensamento ao povo brasileiro. Não poderíamos, mesmo não sendo a matéria do nosso pronunciamento nesta tarde, nos calarmos ao ver a infantilidade que devolvemos ao líder da ARENA, de que a nossa posição através da palavra da liderança do MDB, foi em termos objetivos, concretos e nacionais, para fazer sentir ao Governo, o que realmente a oposição critica, aponta e, principalmente, cumprimenta aos governos instituídos.

Rememorarmos a esta Casa, não é necessário. Mas quem sabe ao ilustre líder da ARENA que durante o seu discurso nesta tarde, neste Pequeno Expediente, se valeu de uma oposição que critica de uma oposição que quer retornar a antes de 64, devolver ao ilustrado líder a nossa participação na vida pública como todo o MDB brasileiro, o MDB revolucionário, que exige um Estado de Direito a todos os senhores brasileiros. Alguém que teve ligação com o passado político, alguém que ocupava cargo político antes de 64 e que só após 64 identificou-se no Partido da Situação, tornando-se aliado seu de hoje, de ontem, de amanhã, vem querer culpar a nós que não temos tradição política antes de 64, que não temos vinculação política com nenhum ato de partido algum antes de 64, vem impingir ao MDB as badernas de alguns dos representantes da ARENA que faziam parte do partido governamental da época.

Nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bom que se diga que episódios como este não deveriam ser levantados nesta Casa. Nós, do MDB, "não temos o rabo preso" com passado político algum. Nenhum dos componentes do MDB com assento nesta Casa teve ou tem ramificação política com passado algum. Se alguns ilustrados componentes da ARENA tentam "tapar o sol com a peneira", tentam enganar a torcida, a nossa torcida não precisa ser enganada".

Pertencemos a uma geração revolucionária de um partido instituído pelo falecido Castelo Branco e não admitirei, enquanto homem público for, que alguém lance ao MDB, estórias fantasiosas e irreais como esta trazida a esta Casa nesta tarde.

Queria que o nobre Comitê de Imprensa aqui credenciado visse a atuação dos Deputados, a nossa própria neste primeiro ano de mandato eletivo nesta Casa, que tivemos a decência política de vir elogiar tanto o Governo do Estado como a Presidência da República, quando entendemos que seus atos administrativos são voltados ao interesse do povo paranaense e brasileiro. Estivemos nesta tribuna também criticando as más ações, tanto do Governo Estadual como do Federal, como farei nesta tarde com relação a um órgão autárquico da Federação brasileira.

Queria dizer também que infantilidade pertencem a homens que não têm memória, que tiveram ramificação no passado e nós nunca tivemos, antes de 64.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Apenas pedi aparte a V. Exa. para dizer ao eminente líder do Governo, Ivo Thomazoni, que antes de 1964 pertencíamos

ao Partido que foi derrubado. Tivemos, dentro deste Partido, cargos políticos, tanto como Vereador, como posteriormente Prefeito Municipal. Mas nunca participamos deste peleguismo de que fala S. Exa., peleguismo, segundo S. Exa., que recheava as filas do Banco do Brasil. Destas filas nunca participamos e sempre cumprimos com nosso dever, como vimos cumprindo, revestidos de respeito e dignidade, sempre combatendo infâmias, denunciando os fatos que não correspondem, a não ser com raras exceções, aos fatos do passado. Queremos ainda, neste momento, nobre Deputado, quando V. Exa. tão gentilmente nos concede aparte, dizer que o que se faz para o trabalhador rural, através do benefício do FUNRURAL, é simplesmente venhoso para uma Nação como esta.

E S. Exa. o Sr. Líder do Governo vem, até com uma euforia extraordinária, magistralmente, dizer que seu Partido é o responsável por este benefício que vem recebendo o trabalhador rural do Paraná e do Brasil!

Ainda ontem, recebi um trabalhador aposentado pelo FUNRURAL, que veio com uma carta para receber internamento no Hospital Erasto Gaertner, que mantém convênio com o FUNRURAL. Mas, esse doente não conseguiu internamento. E ainda mais, a direção daquele Hospital disse que ele poderia alcançar internamento como indigente, mas não como filiado do FUNRURAL.

E o resultado disso foi que esse homem foi remetido à Londrina, ao Instituto do Câncer de Londrina, com uma carta de nosso líder Osvaldo Macedo, numa segunda tentativa de ser atendido.

Pergunto, onde está o benefício do Partido do Governo, do Partido que faz estardalhaço, dizendo que este País está vivendo uma época de maior satisfação e de segurança para o povo.

E quem diz isso são os homens do Governo, os homens da Aliança Renovadora Nacional.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Antes de conceder aparte ao nobre líder do meu Partido, queremos transmitir a esta Casa que, quando da tomada de posição por nosso Partido, a nossa Liderança houve por bem elaborar uma nota oficial.

E quem sabe o Líder do Governo, no apressamento de responder à nossa Liderança, aquilo que leu nesta tribuna, não traduzisse realmente o pensamento seu, uma posição sua, pela decência e pela postura que sempre reconhecemos na liderança de Ivo Thomazoni.

Quem sabe alguém escreveu e S. Exa. não teve tempo suficiente, como teve S. Exa. o Sr. Líder do MDB, para elaborar algo concreto e objetivo.

Basta que esta Casa pegue as suas palavras, as palavras da liderança do MDB e as palavras da liderança da ARENA, hoje pronunciadas desta tribuna, e veremos que, efetivamente, que este pensamento não é o pensamento da ilustrada liderança da ARENA.

Concedo aparte ao nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O Sr. Osvaldo Macedo — Muito obrigado, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, pela oportunidade que V. Exa. nos dá de fazermos alguns reparos e de praticarmos um ato de justiça.

Primeiramente, o ato de justiça: reconheço quão difícil é a posição do ilustrado Deputado Ivo Thomazoni, como líder da bancada do Governo, nesta Casa.

No dia de ontem, apresentamos a posição do nosso Partido com relação a recente crise que fez com que o Paraná paras-se em sua administração, que envolveu interesses públicos do Paraná e, também, sobre as próximas eleições municipais.

Apressou-se o líder do Governo em nos responder. Mas, não respondeu. E se o tivesse feito, teria tratado da corrupção, quando nós sabemos que ela existe. O próprio Presidente da República declarou não jugulada.

E, ainda ontem, perguntávamos se a corrupção não é mais crime.

E perguntávamos que, se este Governo, foi expedido em fazer aprovar uma lei excessiva, drástica e até afrontosa aos princípios mais elementares do Direito Penal para combater a subversão, qual seja a Lei de Segurança Nacional, não fez e não deu ao País uma lei com o mesmo poderio para combater a corrupção. Será por que a corrupção é crime próprio de quem está na administração? Não vi resposta para isso.

Não vi resposta, também,, quando dissemos que o Governo tem medo do povo, e tanto tem medo do povo que pretende alterar, às vésperas da eleição, a legislação que permite propaganda gratuita no rádio e na televisão. Também não vi resposta para isso.

Quando propugnamos pelo Estado de Direito, não o fazemos por paixão, mas porque acreditamos nisso. Isso está no nosso programa, desde o instante em que nosso Partido foi criado.

Diz o líder do Partido do Governo que o programa de seu Partido também prevê. O programa do seu Partido foi elaborado o ano passado e não fala em nenhuma instância de ser extinto o Ato Institucional número 5.

Vou dizer exatamente o que diz o programa da Aliança Renovadora Nacional, com relação ao regime democrático e respeito à lei.

Diz exatamente o seguinte: estruturação do Estado de Direito. Quando o programa da ARENA diz ou se propõe a estruturar o Estado de Direito, ele está reconhecendo que o Estado de Direito não existe neste País. E quando se argumenta, como nesta tarde ainda, que se quer o Estado de Direito com segurança, com bem estar e com seriedade, é a mesma coisa de dizer que não se quer Estado de Direito, porque sem o Estado de Direito não há segurança. Sem o Estado de Direito não há bem estar, não é possível pôr o carro à frente dos bois. Só com a lei, só com o Estado de Direito, o País pode ter segurança, bem estar e pode crescer em paz.

Que nós entendemos que a democracia está morta. Ela não está, pelo menos para os Deputados emedebistas. Sei que enquanto houver um homem — isso não é original — haverá luta pela liberdade. A democracia não está morta, alguém a está fazendo doente, e nós nos propusemos a curá-la.

Temos oferecido em todas as oportunidades sugestões, proposições sérias e concretas para uma política nacional, e ainda ontem ou ante-ontem o Senador Marcos Freire o fazia no Senado Federal. O que se vê nesta hora e eu volto a repetir, é a tentativa de se perpetuar no poder, nem que para isso tenha que se forjar leis, fabricar leis, para agradar seus próprios interesses, nem que para isso tenha que pisar sobre a cabeça dos companheiros, como está ocorrendo atualmente no Paraná.

Então, não aceitamos essas respostas porque elas nada respondem. Venham discutir conosco em termos sérios. Queremos a democracia, por ela lutamos e repetimos o que dissemos ontem. Para esse projeto, teremos sempre estendida a mão amiga, sempre que esses amigos as mãos honestas nos ofereceram.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte de V. Exa. e

quero ao complementar nosso pensamento, ao responder ao Paraná e ao Brasil, aquilo que realmente se identifica com os princípios do MDB, com os princípios que os homens decentes que pertencem ao nosso Partido e que querem trazer uma contribuição a alguns homens da ARENA, aquilo que o Brasil merece que seja efetivamente o Estado de Direito, e acima de tudo, uma democracia pela qual o povo tenha acesso à escolha dos governos dos Estados e do Governo da Federação deste País.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não entendo, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, por mais que me esforce por compreender V. Exa. Não consigo, talvez na limitação da minha inteligência, assim me estreita a largueza de espírito para entender onde V. Exa. quer chegar.

A liderança do MDB, da tribuna que V. Exa. ocupa hoje, leu ontem uma nota que, pela voz do líder, era a palavra oficial do MDB do Paraná. Nessa nota se pretendeu situar a Oposição diante, S. Exa. assim convencionou chamar, da crise política que o Paraná atravessa.

Tenho, ipses literis, a nota em minhas mãos. Confesso, li, reli e quanto mais eu me aprofundei no estudo da mesma, mais me convenci que é uma peça literária romântica e que não deixou de ser altamente ofensiva à moral e ao valor dos homens que compõem o meu Partido, a Aliança Renovadora Nacional.

Supreende-me o fato de que V. Exa. pretenda que a bancada da ARENA nesta Casa tenha ouvido silenciosamente e respeitosamente, como o fez ontem, para com vagar respondê-la à altura, sem ter tido a pretensão que tem V. Exa. hoje de, no instante em que sai da tribuna, fazer a análise, depois de ter apenas ouvido rapidamente o que acabei de dizer desta tribuna. E faz V. Exa. de forma a abrir polêmica sobre o assunto.

Acreditava que a nota lida por mim era necessária porque o que pretendi situar, eminente Deputado Zuk, era de que nós não pretendemos jamais, e longe de nós a pretensão, nos perpetuarmos no poder. Estamos transitoriamente nesta Casa liderando um Governo e lamento que o jornal mais conceituado neste País, segundo a oposição e a própria ARENA, "O Estado de São Paulo", tenha afirmado que liderei o Governo do Sr. Haroldo Leon Peres, quando é sabido que seu líder foi o Deputado João Mansur.

O mesmo jornal afirmava, pretendendo contestar uma posição adotada por mim, que iniciei a minha carreira pelas mãos do Sr. Paulo Pimentel. Quando o Sr. Paulo Pimentel veio para o Paraná eu já havia sido Deputado e Prefeito Municipal.

Vejo hoje novas tentativas, e V. Exa. as tem feito reiteradamente, desta tribuna, isentando-se do fato de não haver participado antes de 64. Não estou aqui para culpar V. Exa. ou quem quer que seja de participação neste ou naquele Governo. Quando faço referências ao estado de coisas neste País antes da Revolução, o que pretendo dizer é do grande trabalho desenvolvido pela Revolução no setor que aqui fiz referência, sem que tenha, de leve, pretendido me referir a V. Exa., ao Deputado Lúcio Machado ou a nenhum homem do MDB.

Agora, quando se fala, de forma retórica para o MDB fica quando se figura, quando se dá uma configuração de qualquer situação presente para o MDB, é válida; para a ARENA é inadmissível. V. Exa., o que pretende é aplicar conceitos diferentes, toma uma posição no início quando já se esboçava a crise do nosso Partido, de solidariedade total ao Governador Jayme Canet, e, desejava lembrar a V. Exa., que, esta minha posição não deveria ter causado estranheza nem a V. Exa., e nem a nenhum ilustrado membro do MDB, porque mesmo sendo da ARENA, V. Exa. rebusque os arquivos desta Assembléia e haverá de encontrar o rompimento deste Deputado, com o então Governador Paulo Pimentel, no início de um Governo, e, passei um Governo inteiro na oposição, com uma bancada independente nesta Casa, porque naquela época não concordava com a maneira de se fazer política no Estado do Paraná, dentro do meu Partido. E que não se insinue desta tribuna, que nós adotamos posições, aqui, porque pretendemos ser Governo, porque jamais necessitamos de Governo para conseguir os votos que conseguimos. E tanto quanto nós respeitamos os que têm mandato eletivo aqui pela votação dos brasileiros que vivem no Paraná, que souberam lhes conferir pelas suas qualidades, desejamos que os nossos eleitores também sejam respeitados, por nos haverem conferido, livremente, conscientemente, os votos que nos conferiram. Eu não vou aceitar como jamais tenho aceitado, insinuações maldosas, e, foram feitas na Nota Oficial do MDB, de,

capachismo, de posições adotadas, pela comodidade de termos o respaldo de governos. Nós apoiamos o Governo do Sr. Jayme Canet porque o entendemos salutar e respeitoso sob todos os títulos, para com todos. E, me permitiria dizer a V. Exa., V. Exa. deve ter lido hoje a Nota Oficial expedida pelo Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado. V. Exa. está ajudando muito a ARENA, a fortalecer um homem que haverá de ser candidato numa sub-legenda do nosso Partido. E continuem V. Exas. nos ajudando, porque a ARENA haverá de chegar, em 78, com Paulo Pimentel candidato ao Governo do Estado e com qualquer outro nome, candidato também, por uma outra sub-legenda, e haveremos assim fortalecidos, ele e o nosso Partido que haverá de sair desta crise, fortalecido, não tenha dúvida, porque a ARENA é um Partido de homens inteligentes. E este fortalecimento haverá de demonstrar que nós haveremos de saber conquistar o poder nestas eleições de 76, e também de 78.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do eminente

Deputado, e queria que nesta Casa os Srs. Deputados, os Srs. Funcionários, o Comitê de Imprensa e as Galerias fossem temunhas de que realmente nesta Casa, quando Sua Excelência o Líder da ARENA nesta Casa usa da palavra através da improvisação, demonstra aquilo que é característica do MDB, com a verdadeira personalidade do homem que o é, quando lê, desta tribuna, notas que não condizem com o seu pensamento e com a sua posição política, é realmente uma liderança diferente daquela que ouvimos e que testemunhamos nesta Casa.

Apesar dos esforços limitados e naturais de qualquer ser humano, Sua Excelência o Deputado Ivo Thomazoni tem o privilégio de ter um diploma, tem o privilégio de ter um dubio pensamento, qual foi o pensamento de Governo, e o pensamento realmente de homem público, caracterizado desde a sua iniciação na vida pública, como Prefeito, como Deputado e hoje como líder do Governo nesta Casa. Merece V. Exa., nobre líder da ARENA como merece o ilustre ex-Governador Paulo Pimentel, os respeitos dos homens que entendem de que a política desenvolvida por S. Exa. é realmente uma política que se sobrenatural.

Identificando a nossa posição com relação ao seu não entendimento daquilo que foi uma Nota Oficial, quisemos tão somente comparar uma nota do MDB, através da bancada, uma nota da ARENA através de alguém que quis tentar em parte, desvirtuar as posições tomadas pelo MDB no sentido Paraná e Brasil, para vir a esta tribuna com uma nota que V. Exa. como tem um tirocinio político que é característico, terá nos dias futuros, a mesma análise que fez da nossa, faça da sua ilustre líder. E tenha certeza que encontrará como nós encontramos no mesmo espaço de tempo que somente ouvimos V. Exa. e que realmente não é o pensamento da ilustrada ARENA desta Casa e nem da vossa ilustrada pessoa. Mas o que nos traz eminente Deputado, a usar da palavra na tarde de hoje, o que nos trouxe, não é uma resposta a uma nota que não é da ARENA, é isso sim, a um ato praticado pelo Governo da Revolução desde 64, estendido pelos governos posteriores, ao atual Presidente Ernesto Geisel.

Tentou-se desde a implantação do território nacional, de uma política de assistência a habitação dos menos favorecidos da sorte no território nacional, uma filosofia pela qual tentava o Governo Federal em amparar aos menos favorecidos.

Criou-se o BNH; fez-se através das suas diretorias do seu passado, a achar uma forma pela qual tornar-se viável a assistência ao trabalhador assalariado deste País. Na minha cidade, foi um dos núcleos pioneiros deste Brasil, construindo a Vila 31 de Março, Vila esta com mais de 800 casas. Quando exercíamos o cargo de Vereador na cidade de Ponta Grossa, já se extinguia o prazo de cinco anos de carência aos moradores daquele núcleo, no que concernia a taxa de emolumentos fiscais através da tributação municipal, do imposto territorial e predial na Capital cívica deste Estado.

Movimentaram-se os Srs. Vereadores, a comunidade de Ponta Grossa, o Prefeito da época, e estendeu aquele núcleo novamente mais cinco anos de isenção aos moradores da Vila 31 de Março de Ponta Grossa. Esgotou-se o prazo dado pela Câmara e sancionado pelo Prefeito de Ponta Grossa. E hoje, para tristeza dos moradores daquele núcleo, e faço um exemplo aos outros núcleos residenciais, dêem também o amparo legal aos moradores, por uma isenção de taxa de impostos municipais em todas as localidades deste território.

Quando o Presidente da época Castelo Branco visitava um desses núcleos construído neste território, fazia ele ver a este Banco Nacional de Habitação que não era humano, de que não seria uma medida justa continuar a construir casas daquele tamanho limitado aos senhores moradores, tanto em questão de casas construídas, como em relação aos terrenos destas construções.

Infelizmente até o dia de hoje de construção e lucros deste território, S. Exas. os Presidentes do BNH não tiveram a capacidade e o tirocínio administrativo de ver que é humanamente impossível viver nas verdadeiras colmeias, como são tachados os núcleos contidos neste território.

Deveria este Banco, além de pensar no sentido humano da taxa de impostos nos municípios, nos Estados do Brasil, deveria ver que o tamanho dessas construções, o tamanho dos terrenos abridos a estas casas não condiz com o mínimo exigido para ter, este trabalhador, na sua habitação, o lazer, o descanso do trabalho diário, semanal, mensal e anual.

Queremos tão somente, Sr. Presidente, que fique registrada a nossa posição de que o Governo deveria, através de uma atuação humana, tentar mais alcançar esta extensão de benefícios aos senhores moradores dos núcleos habitacionais construídos neste território, e rever as plantas dos novos núcleos a serem construídos no Brasil, essencialmente aos atribuídos a uma faixa mínima a faixa do trabalhador brasileiro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Num País e num Estado, onde o estudante universitário paga com o suor de seu rosto o seu ensino, quando este País hoje, mais do que nunca, necessita de técnicos; num País onde o operário vive o salário da fome; num País, Sr. Presidente, de um 1495, a acabar, a exterminar os mestres, que como se fossem os pais de nossos filhos os preparam para o dia de amanhã, para pegar de nossas mãos o bastão capaz de defender o nosso território.

Num País, Sr. Presidente, num Estado, onde o lavrador vive desorientado; num País onde meia dúzia de privilegiados que não dão, as nossas crianças, aos filhos deste País, a assistência social necessária; neste País, Srs. Deputados, neste Estado, e nesta Assembléia, somos, nós da Oposição, que, diuturnamente minuto a minuto, estamos lutando tão sozinhos. Mas, nós, do Partido da Oposição, estamos caminhando ao lado deste povo, sofrendo com eles as agruras da vida. E temos que escutar do líder do Governo e da Arena a frase: "ARENA é partido de homens inteligentes".

Imaginem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo deste Estado, deste País, o que o Governo tem feito no dia a dia.

Imaginemos mesmo que se esses homens não fossem inteligentes, onde estaria o povo, onde estaria esta gente?

Inteligentes mesmo, eu concordo com o Líder do Governo, mas mudo a palavra "inteligente" pela palavra "negocista", traidores do povo, vendilhões da minha terra.

Não vejo inteligência, Sr. Presidente, quando o povo mendiga, passa fome e frio, neste Estado. Quando o estudante universitário não tem condições de pagar sua matrícula. Quando

em Curitiba, a Cidade Universitária, mais de mil crianças não têm escola, muito embora os colégios oficiais tenham salas vagas dependendo só de uma autorização para que se nomeie professores. E os professores estão aí a pedir aulas, para o sustento de seus filhos...

Não vejo inteligência, quando o salário é o salário da miséria, é o salário da fome.

Não vejo inteligência no Partido do Governo, quando, da visita de S. Exa. o Senhor Presidente da República a Cândido Rondon, se dá churrasco a 50 mil pessoas.

Não vejo inteligência no Partido do Governo quando, ainda há 20 ou 25 dias, na cidade de Presidente Prudente, para se receber o Presidente da República, gastou-se mais de 300 mil cruzeiros, apenas para a visita de um dia.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Jayme Carvalho, V. Exa. conhecido por todos como orador brilhante e vibrante que é, muitas vezes não deixa clara a sua manifestação - o que lhe é próprio e peculiar - quando agressivo, ao contestar argumentos de Deputados de nossa bancada. No entanto, V. Exa. contesta o Líder de nossa bancada Deputado Ivo Thomazoni, e está, realmente, no seu papel.

Solicitei este aparte a V. Exa., e V. Exa. me concedeu, para me parabenizar com V. Exa., brilhante pronunciamento e que chega quase a me convencer e que tudo está errado no Paraná e só V. Exa. é que esteja certo. Só V. Exa. que sabe os caminhos que poderiam salvar o Paraná. Penso de maneira contrária a de V. Exa. Acredito e aceito de V. Exa., quando diz que o Governo do Estado não tem tido, em todas as suas áreas, a inteligência dita pelo Deputado Ivo Thomazoni. Mas, espero também dizer a V. Exa. que nós encontramos no Governo do Estado e muito particularmente na pessoa do Sr. Governador do Estado Jayme Canet Júnior, trabalhos que orgulham o Paraná, dinâmico que chega no seu 1º ano de governo a receber a admiração e os aplausos de todos os paranaenses.

Ninguém no Paraná contesta a dinâmica do trabalho desenvolvido por Canet, construindo estradas, escolas.

Está aí um plano de construção de salas de aula, jamais visto no Paraná. As estradas que se constroem no governo atual, quero crer que chegam a enaltecer até mesmo os integrantes do MDB nesta Casa, porque participam de um governo que constroi o Paraná, objetivo maior também de V. Exa.

Daí discordar das afirmações de V. Exa., mas também dizer o brilhantismo de seu discurso. Contesto, porque vejo as estradas que se constroem. Estive há poucos dias em Parana City quando o Governador determinava o início da estrada Nova Esperança, Parana City, Colorado e Porto Santo Inácio.

Antes, estivera ele em Florai, assinando Convênio para a construção da estrada São Jorge do Ivaí, Florai e Presidente Castelo Branco, para alcançar a estrada que liga Maringá a Paravaí.

V. Exa. se refere a gastos com a presença do Sr. Presidente da República em nosso Estado. V. Exa. acha que não deve gastar nenhum cruzeiro nas visitas que nos faz S. Exa. o Sr. Presidente da República, porque acho que o Paraná deve receber de braços abertos, felizes, e oferecer-lhe, além de nossa amizade, nosso respeito, nossa estima.

Temos em S. Exa., o Sr. Presidente da República, além de Presidente, o amigo do Paraná. V. Exa. também é sabedor disso.

Daí, nobre Deputado Jayme Carvalho, dizer do brilhantismo do seu discurso, mas divergimos quando se refere ao Deputado Ivo Thomazoni, líder que nós o temos, como dirigente e como companheiro que nos orienta.

Temos em Ivo Thomazoni, líder insubstituível, até me permito dizer, diante dos fatos. Não poderia V. Exa. dessa tribuna, atribuir ao Governo do Estado apenas as falhas que V. Exa. conhece, como nós todos também conhecemos. Era preciso que V. Exa., com justiça, nesta oportunidade, também se referis-

se o quanto o Governador do Estado, o Governo do Estado e da Nação têm feito em favor do povo paranaense, daí V. Exa. talvez me convencesse um pouco mais.

Era o aparte que desejava oferecer a V. Exa. e agradeço por me o ter concedido.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Eu é que agradeço o aparte de V. Exa.. Quero dizer que não sou contra a visita de S. Exa. o Sr. Presidente da República ao Paraná. Mas, pobrezinho que sou darei, também, um boi para um churrasco no dia em que vier inaugurar alguma coisa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ARENA, e eu concordo, como disse o Líder do Governo, é formada por homens inteligentes e astutos que constroem, como dizia antes de ontem, por milhões de cruzeiros, dinheiro deste povo, uma ponte sobre o Porto Um, Porto Um sobre o Rio Piquiri e não constroem as suas cabeceiras sacrificando a população de dois municípios, Goioerê e Nova Aurora que em vez de fazer o percurso às suas propriedades de dez quilômetros, tem que caminhar 84 quilômetros porque os homens inteligentes da ARENA, que construíram aquela ponte com o dinheiro do meu povo, esperam às vésperas das eleições para construir as cabeceiras e fazer uma pomposa inauguração com churrasco, quando o povo passa fome e miséria.

A ARENA, partido de homens inteligentes, manda para o meu município, da Secretaria da Saúde, vacina contra a paralisia infantil. Passa por cima do Posto de Saúde, passa ao lado do médico nomeado pela ARENA dos homens inteligentes e entrega a vacina às mãos de um médico que é candidato a Prefeito da ARENA em Goioerê.

Cheguei a esta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início desta Legislatura, clamando às autoridades do Paraná e do Brasil pela estrada que liga Campo Mourão a Goioerê. Recebi no início do ano passado a informação de que, depois de tantas festas, de tantos bois mortos às barrancas do rio, de tantas medalhas e pedras fundamentais, se encontrava em estudo o anteprojeto de engenharia para a construção da minha estrada. Estudo o anteprojeto, quando na eleição passada se estaqueava a estrada Campo-Mourão-Goioerê para ludibriar o meu povo e pedir votos.

ARENA, partido de homens inteligentes, mas que corrompem o povo, que já não sabe mais em quem acreditar. Em quem vai acreditar o povo do Vale do Piquiri, Sr. Presidente, quando S. Exa. o Governador do Estado e tantos Deputados estaquearam a estrada dizendo: o asfalto vem aí, quando o anteprojeto de engenharia se encontrava em estudo. Hoje talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dado os nossos gritos desta tribuna, as denúncias aos Governadores inteligentes da ARENA, as mentiras do homem inteligente Haroldo Leon Peres . . .

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Não permito apartes porque estou no fim . . . que assacou, que roubou o meu Estado e o meu povo, o nosso suor e o nosso sacrifício sejam acreditadas. Está aí um dos homens inteligentes, Sr. Líder do Governo, da ARENA deste Estado e deste País; está o Parigot, está o Ney Braga inteligente homem da ARENA, e Ministro da Educação e Cultura, e o Paraná, com salas de aulas vazias, sem professores; inteligentes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tão inteligentes são os homens da ARENA do meu Estado, que, com um projeto em andamento, há 15 dias atrás, fez-se uma festa na cidade de Goioerê, condecorando, mais uma vez mentindo, usurpando o bom senso do meu povo, colocando medalha, em praça pública e na presença de 8.000 eleitores, 8.000 pessoas que trazem calos nas mãos, calos do sacrifício, da luta por este País, colocando-se, garbosamente, medalhas nos pescoços de S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, de S. Exa. o Sr. Prefeito de Goioerê, de S. Exa. o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, como se o asfalto já estivesse rolando pelo meu município, unindo Campo-Mourão/Goioerê. Vinte anos, Sr. Presiden-

te, de mentiras e de promessas, que nos revoltam, vinte anos de homens inteligentes desta natureza. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 22/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 179/74, que aprova os Termos de Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando construções de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 36/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública à Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª — DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 144/75, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná — ASSEJEPAR, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 23/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 190/74, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas daquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 146/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí “Frei Rafael Mainka”, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 177/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução nº 177/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1975.

aa) Accioly Neto — Presidente
Adalberto Daros — Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição Nº 191/74

A presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Foz do Iguaçu.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de Convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

aa) Accioly Neto — Presidente
Adalberto Daros — Relator.
Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria de oferecer, se assim fosse permitido pela consciência jurídica do País, uma mudança no nome do Poder Legislativo, colocar apenas, Poder Autorizativo. Porque, quantas vezes se insiste nesta Casa, nas Mensagens que o Governo do Estado encaminha para esta Assembléia, e já o faz contando aprovação antecipada. Assim ocorreu em Mensagem enviada na época do final do ano. Aquela Mensagem pedindo autorização para celebração de convênios para contrair empréstimos para subcrever avais, para onerar em última análise, as finanças do Estado.

Este Projeto que recebeu nesta Casa, um segundo número, Projeto de Resolução nº 177/75, se refere a uma Mensagem do Governo do Estado pedindo que se aprove um convênio celebrado com a Universidade do Paraná, para a execução ou para a elaboração de um plano de desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu. Isto para permitir, estudos básicos e implantação de infraestrutura para possibilitar e viabilizar, a execução de projeto bi-nacional, da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Fala o concênio na sua Cláusula 3ª:

“O valor é de 450 mil cruzeiros, dos quais 25 por cento, participa o Estado do Paraná.”

Importâncias essas a serem liberadas pelo erário público, pela tesouraria, ou pela Secretaria, 30 por cento no ato da assinatura do convênio; 30 por cento, decorridos 45 dias; e 40 por cento após a entrega do relatório final.

Este convênio a se dar crédito, e eu o faço agora, a um carimbo que consta aqui numa das suas páginas, identifica como sendo feito em 2 de outubro de 74, quase ou mais de um ano e meio depois, o convênio vem para esta Assembléia para cumprir o que estabelece o Art. 47, inciso 9 da Constituição do Estado do Paraná. A quantia pertinente ao Governo do Estado, será de 112,50 (cento e doze mil e quinhentos cruzeiros), consoante à importação pedida pela CCJ. E atendida pela Coordenadoria do Estado como sendo efetivamente cento e doze mil e quinhentos cruzeiros.

Ocorre que o prazo dado para a realização deste Projeto, deste projeto técnico, econômico, financeiro, diríamos, do plano de infraestrutura da cidade de Foz do Iguaçu.

Sabe-se que este plano, já foi elaborado, já foi entregue à própria Prefeitura, inclusive, fala-se que já foi até impresso. E por ocasião da discussão da matéria relativa aos empréstimos, numa das discussões aqui neste Parlamento no dia quinze de dezembro, S. Exa. o Líder do Governo declarou, esclareceu que uma parte daquela verba seria para completar o plano de urbanização de Foz do Iguaçu.

Entretanto esta Assembléia não conhece este plano, não sabe se realmente ele foi elaborado, não sabe se houve algum pagamento, não sabe de S. Exa. cumpriu o contrato, pagando por antecipação ou deixou postergada a sua prestação financeira neste convênio.

A minha indagação é mais uma vez para saber qual a intenção do Governo, do Executivo de um modo geral para com o Legislativo porque, ou se obedece a Constituição e se ouve a Assembléia, ou então a Assembléia passa a ser, não propriamente um Poder, mas um sub-Poder, vinculado e dependente do Executivo para autorizar simples burocracias neste tipo de atos.

A minha vinda a esta tribuna é para indagar do líder do Governo se realmente já se concretizou este convênio. Se a Universidade do Paraná já entregou ou não este convênio. Se já executou este projeto.

Sabe-se que de fato já foi executado, sabe-se também, ou fala-se, que o Governador do Estado já até pagou a quantia que lhe compete.

Pergunto se realmente merecem o referendo ou apenas a atenção desta Assembléia atos já praticados por S. Exa. o Governador do Estado.

Naturalmente até por força de sensibilidade e de regionalismo, haveríamos de querer imediatamente a implantação de uma obra efetiva na infra-estrutura de Foz do Iguaçu. Aliás, temos reclamado juntamente com outros Deputados, as deficiências da administração daquele município em que, por quatro anos, mandaram doze prefeitos, e não se sabe até hoje se é a bi-nacional, se é a Prefeitura, se é o Governo ou se é a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que administram o município de Foz do Iguaçu. A verdade é que verbas estão sendo carregadas para Foz do Iguaçu, mas a cidade propriamente dita, a antiga, a legendária cidade de Foz do Iguaçu nada está recebendo, nenhum benefício está recebendo, senão uma cidade à parte que está sendo implantada à margem direita da BR-277.

E o plano piloto que, se aprovado, era de se fazer por este planejamento, não chegou ainda a Foz do Iguaçu.

E não haverá de ser esta verba e nem haveria de ser verba da PRODOPAR. Acredito que implantaria na cidade de Foz do Iguaçu a infra-estrutura básica para a cidade, uma das mais conhecidas do Brasil, pelo seu aspecto turístico.

Fico numa dúvida atrás: se acompanho, se subscrevo, se aprovo, a forma pela qual se pede a aprovação de verbas desta natureza, ou se deixo de votar para, depois, se usar politicamente que o Deputado não quis aprovar o convênio, porisso, não saíram as obras.

Para evitar dúvidas e incertezas da minha posição é que vim a esta tribuna para reclamar, não quanto ao problema único da implantação da infraestrutura de Foz do Iguaçu que desmerece os cuidados burocráticos que estão sendo postos em primeiro lugar, mas sobretudo, para tomar uma posição para o Poder Legislativo, exigir de S. Exa. o Sr. Governador do Estado o equilíbrio; para exigir de S. Exa. o respeito; para exigir de S. Exa. que os seus atos, que a sua respeitabilidade seja posta em defesa da harmonia e do respeito constitucional.

É por essa razão que devo, de consciência, pedir mais uma vez, embora não tenha sido atendido nas outras oportunidades, para que o líder do Governo que, em atos como este, dignifique esta Casa da qual S. Exa. faz parte. Para que, pelo menos dê a

conhecer à CCJ e às outras Comissões Técnicas da Casa. E que CCJ indague de S. Exa., quando fôr o caso.

Onde está, efetivamente, o alcance desse convênio?

Fez-se, ou não se fez esse convênio? Ou melhor, foi levado a efeito, ou não?

Fala, aqui, que será feita a encadernação, depois de aprovado o convênio.

Já tenho absoluta segurança de que foi encadernado, inclusive e que está à disposição em Foz do Iguaçu.

A própria Liderança do Governo se comprometeu a trazer este Plano Diretor da cidade de Foz do Iguaçu.

V. Exa., Deputado Ivo Thomazoni, no dia 15 de dezembro, aqui em plenário, se co prometeu trazê-lo e não trouxe até hoje.

Fico na dúvida, se voto ou não voto; se foi feito, se não foi feito esse Plano Diretor. E se foi feito esse planejamento, se ele, realmente, dá a Foz do Iguaçu, ou ao canteiro de obras, a infra-estrutura para a concretização da hidrelétrica de Itaipu.

Por esse motivo, lamentando que essas mensagens não cheguem completas a este Legislativo, é que deixo o meu apelo a S. Exa., mais uma vez, ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Planejamento, que completem, pelo menos num ato de respeito a este Poder, já que o MDB aqui é minoria e que nada adiantaria se tomássemos uma posição solicitando informações, para que junte-se a essa mensagem a complementação dos documentos para que se possa, livre e altaneiramente, decidir sobre uma matéria, sobretudo de ordem financeira.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Mauricio Fruet) — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, apenas para significar que tendo merecido da douta Comissão de Constituição parecer sobre a constitucionalidade e por saber, quanto ao mérito, que a proposição está atendendo interesses mais altos do Estado e do Município de Foz do Iguaçu, nós votaremos, naturalmente, pela aprovação do projeto de lei. Todavia, é possível que esta liderança tenha faltado ao cumprimento da palavra, empenhada ao ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, mas, se o fez, foi inadvertidamente e confesso ao nobre Deputado que tenho em meu poder, no meu gabinete, encadernado, o projeto que inclui todo o plano diretor da cidade de Foz do Iguaçu. Nele abrigando projetos das diferentes áreas da administração pública, que vão desde as telecomunicações, energia, saúde, transporte e urbanismo. Se no recesso não me foi possível a lembrança de fazer chegar às mãos de V. Exa. a encadernação dos dois volumes desse plano, pelo humildemente que me seja perdoada a falta.

Todavia, se não se encontrar comigo, no meu gabinete, essa encadernação e se estiver na minha biblioteca de minha residência, mandarei buscar, junto à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, que sei que dispõe de alguns exemplares, para que chegue às mãos de V. Exa. e possa aquilatar da grandiosidade do que se pretende, em termos de desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Solicitei um exemplar, para que esta Casa pudesse tomar conhecimento, com mais liberdade e mais documentação, inclusive da prestação de serviços de que fala o Convênio, já que o próprio Convênio deu o prazo de 90 dias. A minha insistência, já reiteradas vezes nesse sentido, é para que na análise de projetos e mensagens que vêm para este Legislativo, não se faça, pura e simplesmente, do Deputado o signatário de uma autorização.

Absolutamente, já que aqui é que se deve fazer a fiscalização, para saber o que se deve ou não aprovar. Já ocorreram aqui, o ano passado várias interpelações desta tribuna e V. Exa., de certo, não esqueceu disso. O nosso pedido tem a finalidade de valorizar o Legislativo, porque se fôssemos indagar, como

seria lícito, próprio, com um pedido de informações, nós perderíamos, de bancada a bancada, como já tem acontecido em todas, ou quase todas as iniciativas desta natureza.

Lamento, Sr. Deputado que esta Assembléia aprove esse Convênio, sem conhecê-lo efetivamente, mesmo depois da elaboração à revelia da Assembléia, feita à revelia do que fala o artigo 47, inciso 9º, que qualquer tipo de Convênio com a União ou Município deve ser feito "ad referendum" da Assembléia. V. Exa. não pode esquecer disso. Desde que ele está feito e encadernado, está esgotada a possibilidade de retroagir.

Então, perguntaria a V. Exa. se fôsse dada a não aprovação deste Convênio, como ficariam as finanças do Governo, desde que já pagou, tenho certeza. E que fiscalização financeira exerce este Poder? V. Exa. há de convir conosco. Não é questão de mera formalidade de um ato administrativo de menos importância.

É esta a minha preocupação, nobre Deputado. Não a preocupação em que cofre se dispendeu esse dinheiro. Mas a preocupação para a legitimação dos atos, para a regularidade dos atos administrativos para a estreita observância dos preceitos legais.

Desde que o Poder, qualquer deles, postergue uma legislação, qual é o respeito entre os Poderes, há que se ter, também, a perfeita observância das normas legais. Era isto, Sr. Deputado. O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, devo confessar a V.

Exa. que não vejo, na prática do ato em tela, nenhum desrespeito à norma constitucional.

A nossa Carta atribui ao Governador do Estado a competência de firmar Convênios com a União e com os Municípios "ad-referendum" deste Poder, referendado este que o Executivo busca através de uma proposição transformada, pela douta Comissão de Constituição e Justiça, em Projeto de Resolução.

Não tenho em mãos o projeto e portanto não o estou manuseando. Quer me parecer que a data da entrada dessa indicação foi feita muito antes da elaboração pela entidade Bi-Nacional Itaipu e a Universidade Federal do Paraná do plano de desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

Não cabe, portanto, ao Executivo culpa se, nesta Casa, esta matéria desde 2 de outubro de 1974 não mereceu o referendado da Assembléia Legislativa do Estado.

Seria o caso, eminente Deputado Fidelcino Tolentino, de arguir-se da Mesa o "por que" da demora na tramitação desse plano de lei. Por que culpar-se o Governo do Estado se ele cumpriu à risca, o dispositivo constitucional, solicitando autorização da Casa em tempo hábil, porque o fez ainda em outubro de 1974.

Se restrições se deve fazer à demora na sua apreciação, quero crer que esta restrição não devem ser endereçadas ao Poder Executivo que cumpriu fielmente o dispositivo, no artigo constitucional citado por V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Só quero esclarecer que a minha argumentação não se baseia nisso.

Eu quero esclarecer a V. Exa., dizendo que, antes do referendo, foi paga a quantia. Foi isto. Eu mesmo afirmei que veio em outubro de 1974.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. fala e reprisa muito quanto à competência fiscalizadora do Poder Legislativo, em atos desta e de outras naturezas. Mas devo lembrar V. Exa. de que existe um caminho para se dirimir qualquer dúvida sobre a inobservância dos ditames constitucionais pelo ! Governo do Estado, porque este Poder dispõe de um órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas do Estado, a quem cabe fiscalizar, hoje com poderes ampliados, e a qualquer dúvida acerca da lisura no comportamento governamental, deva ser interpelado o órgão auxiliar de fiscalização, que é o Tribunal de Contas.

É um direito que cabe a V. Exa., porque eu estou convicto que o Governo do Estado está agindo corretamente ao proceder como tem procedido, no mais alto respeito no tratamento com o Poder Legislativo.

Agora, o que está faltando, temos de reconhecer, é um pouco mais de interesse nosso, da Casa, deste Poder, à análise de matéria da importância desta natureza, num tempo mais curto. Quando o Governador invoca dispositivos constitucionais, é ele objeto das mais severas críticas por parte dos Srs. Deputados, quando invoca dispositivo constitucional no prazo fatal de 45 dias, para análise de matéria, e, quando não o faz, dorme a proposição ano e meio, nas gavetas dos nossos departamentos, das nossas comissões ou dos gabinetes dos Deputados relatores.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Que se aproveite esta oportunidade.

O SR. IVO THOMAZONI — Perfeitamente válida, eminente Deputado, a participação de V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Acredito que V. Exa. sabe o que eu estou falando. Não estou me referindo a problema de ordem formal do encaminhamento, é problema da complementação da matéria a ser apreciada. É só este, o aspecto, só isto.

Então eu aproveito e roboro as palavras de S. Exa., no que tange ao grande atraso das matérias a serem aqui apreciadas.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nada mais a acrescentar, senão para significar que o Governador Jayme Canet tem se preocupado sobremaneira, no estreitamento de seus laços não só de amizade, mas de respeito com o Poder Legislativo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Foi do antecessor, Deputado, a remessa.

O SR. IVO THOMAZONI — E tem, este Projeto de Resolução, em análise, o respaldo da nossa bancada, e, quero, validar, as observações do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, para que, nós que temos a responsabilidade também de valorizar este Poder, façamos, em episódios idênticos, no futuro, com que a análise seja feita dentro de um prazo mais curto.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Em discussão; em votação; Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação, eis que, parece, não há quorum.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. solicita verificação de quorum?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, apenas uma observação.

Segundo me parece não está havendo quorum para a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE — Em atenção ao requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, a Mesa vai proceder a verificação de votação.

(É FEITA A VERIFICAÇÃO).

18 Srs. Deputados aprovam o projeto, não há quorum para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) — Apenas, eu gostaria que V. Exa. reconsiderasse, se houver amparo legal dentro do Regimento Interno, que determinasse o Sr. Secretário fazer a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

(É FEITA A CHAMADA NOMINAL).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 20 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

Fica adiada para amanhã a votação do Projeto de Resolução 177/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/75, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o Externato São Francisco Xavier, com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J.

Projeto de Lei nº 157/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de Utilidade Pública o EXTERNATO SÃO FRANCISCO XAVIER, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) JORGE SATO

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública preenche as exigências legais para tal fim, pois presta serviços à coletividade, não visa lucro e nem distribui vantagens aos seus diretores. A documentação anexa comprova essa acerto.

Já é declarada de utilidade pública na área municipal, Lei nº 562/57, de Maringá. Está situada num bairro onde atende perto de 300 crianças.

Daí o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 157/75.

De autoria do nobre Deputado Jorge Sato, o presente Projeto de Lei visa declarar de Utilidade Pública o Externato "São Francisco Xavier", com sede na cidade de Maringá.

Analisando-se o processo e a justificativa que o acompanha, temos que o mesmo preenche os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26/11/75

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator.

Em discussão. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). — Retirado pelo autor, o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, solicitando Regime de Urgência à Mensagem Governamental nº 148/75.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Florêncio José dos Santos, ocorrido na cidade de Goioerê. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria de Lourdes Morelli, na cidade de Goioerê. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Oliveira Fabrício dos Santos, ocorrido em Goioerê. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná, pelo interesse que vem despertando ao estudo da Astronomia junto aos jovens. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam tomadas providências objetivando dar plena condição de

funcionamento ao Ginásio Estadual do Distrito de Guaporé. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de estudar a viabilidade de instalação de uma agência do referido estabelecimento na cidade de Prudentópolis. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SETOR DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Às dez horas do dia nove de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Senhor Jorge Sato e presentes os Srs. Deputados Basílio Zanusso, Del Ciel e Enéas Faria, reinstalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Setor de Educação no Estado do Paraná. Inicialmente o Sr. Presidente fez um relato das atividades da Comissão que ora se instala, neste novo período da Lessão Legislativa, focalizando os principais objetivos abordados durante os trabalhos, suspensos em face do término do período Legislativo encerrado em dezembro do ano próximo findo. Em seguida, como nada constasse do expediente, o Sr. Presidente encerrou a reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 16, às dez horas, da qual, para constar, eu, Laertes Luiz Foggiato, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será por mim e pelo Senhor Presidente assinada.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SETOR DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

As dez horas do dia dezesseis de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Sr. Deputado

Jorge Sato, e presentes os Srs. Deputados José Antonio Del Ciel, Edilson Alencar, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Enéas Faria, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito So sobre o Setor de Educação no Paraná. Aberta a reunião, é aprovada sem observações a Ata da reunião anterior. Em seguida, o Sr. Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 54/76, da Associação dos Professores do Paraná, através do qual encaminha requerimento de 34 professores que desejam prestar depoimento junto a esta CPI, referente às consequências do Decreto nº 1495/76. O Sr. Gilberto Carvalho com a palavra, tece considerações argumentando da impossibilidade de serem ouvidas todas as pessoas que requerem para prestar depoimento junto a esta CPI, sugerindo que fossem reconvocados os líderes da classe, para em novo depoimento, arguirem especificamente as consequências do Decreto. Após considerações sobre o mesmo ponto de vista, feitas pelo Sr. Del Ciel, ficou aprovado o seguinte cronograma de trabalho: dia 23 de março às 09:30 horas, depoimentos dos Professores Dino Zambenedetti e Eduardo Tavares Pereira, respectivamente Presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Associação dos Professores do Paraná; dia 24 de março, às 09:30 horas, Professor Tarcisio Martins, Inspetor de Ensino em Londrina e dia 25, às 09:30 horas, Professor Oscar Alves, Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina. O Senhor Fabiano Braga Cortes, com a palavra, diz que, tendo em vista a próxima convocação pela Assembléia de S. Exas. os Srs. Secretário de Educação e Secretário de Recursos Humanos, para abordarem problemas referentes ao Decreto 1495, tal convocação deveria ser acertada para que os mesmos comparecessem perante esta CPI, deixando-se li livre após as arguições dos integrantes da Comissão o tempo livre para os demais Deputados. Após argumentação sobre o mesmo assunto do Senhor José Antonio Del Ciel, ficou decidido que o Sr. Presidente da CPI, entraria em contato com a Presidência desta Assembléia e as Lideranças das Bancadas, a fim de determinar a data para a convocação de S. Exas. o Srs. Secretários de Educação e de Recursos Humanos. Em seguida, como nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 23, às 09:30 horas da qual, para constar, eu LAERTES LUIZ FOGGIATO, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelo Senhor Presidente.